



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Meleiro

LEI Nº 1.770/2018 DE 08 DE MARÇO DE 2018.

TRATA DA ALTERAÇÃO DA LEI N.º 1.409/2009.

Eder Mattos, Prefeito do Município de Meleiro, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º. Ficam revogados os incisos I e II do §4º do art. 6º da lei 1.409 de 28 de dezembro de 2009, passando a ter a seguinte redação:

§4º Profissionais do Magistério Público Municipal que desempenham as atividades de caráter técnico nas unidades escolares e Secretaria Municipal da Educação:

I – (revogado)

II – (revogado)

III Fonoaudiólogo;

IV – Nutricionista; e

V– Psicólogo.

Art. 2º. Ficam revogados os art. 20 e 21 da lei 1.409 de 28 de dezembro de 2009.

Art. 3º O §1º e §5º do art. 42 passarão a ter a seguinte redação:

Art. 42. [...]

§1º [...]

X – Terá direito ao certificado das formações oferecidas pela administração municipal o participante que atingir no mínimo 80% de frequência.

§5º As progressões previstas no presente artigo, começam a ser aplicadas após a última avaliação positiva no estágio probatório, podendo ser cumulativas apenas as decorrentes do tempo de serviço no serviço público do município de Meleiro.

Art. 4º. O art. 66, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 66 Apenas os cargos do parágrafo §1º do artigo 6º, terão direito ao estímulo de regência de classe, no percentual de 20%



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Meleiro

(vinte por cento) sobre o salário base de sua referência de enquadramento na tabela salarial, exclusivamente enquanto estiver em sala de aula.

§1º A regência de classe será paga em evento específico no demonstrativo de pagamento, sem incidência na tabela salarial, não sendo cumulativa para nenhum efeito.

§2º Para fazer jus ao direito da Gratificação de Regência de Classe o professor deverá atingir 90% do número de aulas estabelecidos no artigo 135.

§3º A redução prevista de 10% no §2º, somente é aplicada quando não houver disponibilidade de aulas na rede municipal, podendo completar a carga horária de 100% com a disciplina de educação religiosa e apoio pedagógico.”

Art. 5º. O art. 67 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 67 Em caso de não disponibilidade de aula para compor a carga horária prevista para a regência de classe a mesma será paga proporcional a carga horária em sala de aula.”

Art. 6º Fica inserido o art. 103-A, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 103-A. Ao membro do Magistério Público Municipal é assegurada licença por motivo de falecimento de membro da família por 02 (dois) dias consecutivos quando do falecimento dos avós.”

Art. 7º. Os parágrafos 6º e 7º do art. 133 passarão a ter a seguinte redação:

“§ 6º Havendo necessidade na escola o professor de educação infantil, séries iniciais e finais da Educação Básica, poderão ter aulas acrescidas à sua carga horária de efetivo trabalho em sala de aula, essas horas-aula chamar-se-á aula excedente, respeitando o limite a seguir:

- a) Para professor de 10h poderá ser acrescido até 2 aulas;
- b) Para professor de 20h poderá ser acrescido até 4 aulas;
- c) Para professor de 30h poderá ser acrescido até 5 aulas;
- d) Para professor de 40h poderá ser acrescido até 6 aulas.

§ 7º O Valor da aula excedente incidirá sobre o salário base, conforme o cálculo: ((valor da referência ¹4A/40h) + percentual de regência de classe, conforme números de aulas excedentes).”

¹ Valor da aula relativa à tabela 4A dividido pelo número de 40h, somados o percentual de regência de classe.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Meleiro

Art. 8º Fica inserido o parágrafo 7º e 8º do artigo 134 que passam a ter a seguinte redação:

“§7º Cabe a direção da unidade de ensino organizar o quadro de horário de hora-atividade;

§8º O quadro de hora-atividade deverá ser publicado no mural da secretaria da escola e da Secretaria da Educação Municipal.”

Art. 9º. As alíneas a, b, c e d do parágrafo único do artigo 135 passarão a ter a seguinte redação:

- a)** contrato de 10 horas semanais, atividades em sala de aula, 7 (sete) horas semanais.
- b)** contrato de 20 horas semanais, atividades em sala de aula, 13 (treze) horas semanais;
- c)** contrato de 30 horas semanais, atividades em sala de aula, 20 (vinte) horas semanais;
- d)** contrato de 40 horas semanais, atividades em sala de aula, 26 (vinte e seis) horas semanais.

Meleiro/SC, 08 de Março de 2018.

Eder Mattos
Prefeito Municipal